



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU



CONTRATO Nº 20150115

O(A) SECRETARIA DE EDUCACAO/FUNDEB, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede na AV. CONSTANTINO VIANA, SN, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 14.931.839/0001-58, representado pelo(a) Sr.(a) DARCI DE FRANCA RODRIGUES, SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL, portador do CPF nº 179.461.582-20, residente na Trav. osorio de freitas, e de outro lado a firma RAINOR ANTONIO DE ARAUJO - ME., inscrita no CNPJ (MF) sob o nº CNPJ 05.103.437/0001-74, estabelecida à Rua 7 de Setembro S/N, Setor União, São Félix do Xingu-PA, CEP 68380-000, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.(a) RAINOR ANTONIO DE ARAUJO, residente na , São Félix do Xingu-PA, CEP 68380-000, portador do(a) CPF 144.921.991-87, tem entre si justo e avençado, e celebram o presente Instrumento, do qual são partes integrantes o Edital do Pregão nº PP045/2015 e a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se CONTRATANTE e CONTRATADA às normas disciplinares da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente Contrato tem como objeto AQUISIÇÃO DE MOVEIS, PORTAS, PORTAIS E ALIZAR EM MADEIRA LEGALIZADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DA SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
043960	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA MODELO PADRÃO - TIPO UNIVERSITARIA - COM BRAÇO LATERAL DIREITO - MADEIRA LEGALIZADA	UNIDADE	600,00	150,000	90.000,00
043961	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA MODELO PADRÃO - TIPO. UNIVERSITARIA - COM BRAÇO LATERAL ESQUERDO - MADEIRA LEGALIZADA	UNIDADE	200,00	150,000	30.000,00
043962	CADEIRA EM MADEIRA DE LEI, MODELO PADRÃO C/ ACABAMEN EM CELADORA E VERNIZ - MADEIRA LEGALIZADA	UNIDADE	30,00	140,000	4.200,00
043963	MESA EM MADEIRA COM ACABAMENTO EM CELADORA E VERNIZ, COM 02 GAVETAS, TAMANHO 1,20MT X 60CM POR 75CM DE ALTURA - MADEIRA LEGALIZADA	UNIDADE	20,00	400,000	8.000,00
043964	ARMARIO EM MADEIRA COM DUAS PORTAS, ACABAMENTO COM C ELADORA E VERNIZ, TAMANHO 2,00MTS X 90CM, DE 40CM DE ESPESSURA, E CO 03 PRATELEIRA DE DIVISORIAS - MADEIRA LEGALIZADA	UNIDADE	15,00	770,000	11.550,00
043965	CAMA DE SOLTEIRO EM MADEIRA, ACABAMENTO COM CELADOUR VERNIZ, TAMANHO PADRÃO - MADEIRA LEGALIZADA	UNIDADE	15,00	250,000	3.750,00
043967	BELICHE EM MADEIRA, ACABAMENTO EM CELADORA E VERNIZ, TAMANHO PADRÃO - MADEIRA LEGALIZADA	UNIDADE	6,00	700,000	4.200,00
043968	BALCÃO EM MADEIRA C/ 03 PORTAS, ACABAMENTO EM CELADO RA E VERNIZ, 1,40 MTS X 45CM, 1,10 DE ALTURA - MADEIRA LEGALIZADA	UNIDADE	6,00	650,000	3.900,00
043969	PRATELEIRA EM MADEIRA C/ 03 DIVISÕES, ACABAMENTO COM CELADORA E VERNIZ TAMANHO 1,80 X 1,40 DE LARGURA - MEDEIRA LEGALIZADA	UNIDADE	25,00	370,000	9.250,00
043970	BAU EM MADEIRA C/ UMA PORTA, ACABAMENTO E CELADORA E VERNIZ TAMANHO 1,50MTS X 70CM, DE 70CM ALTURA - MADEIRA LEGALIZADA	UNIDADE	18,00	600,000	10.800,00
043971	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA MODELO PADRÃO - TIPO, UNIVERSITARIA - COM BRAÇOS LATERAL DIREITO - MADEIRA LEGALIZADA	UNIDADE	70,00	150,000	10.500,00
043972	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA MODELO PADRÃO - TIPO UNI VERSITARIA, COM BRAÇO LATERAL ESQUERDO - MADEIRA LEGALIZADA	UNIDADE	20,00	150,000	3.000,00
043973	CADEIRA EM MADEIRA DE LEI, MODELO PADRÃO C/ ACABAMAN EM CELADORA E VERNIZ - MADEIRA LEGALIZADA	UNIDADE	8,00	140,000	1.120,00
043974	MESA EM MADEIRA COM ACABAMENTO E CELADORA E VERNIZ, COM 02 GAVETAS, TAMANHO 1,20MT X 60CM POR 75CM DE ALTURA - MADEIRA LEGALIZADA	UNIDADE	8,00	400,000	3.200,00
043976	MESA EM MADEIRA COM CABAMENTO EM CELADORA E VERNIZ, TAMANHO 1,80MTS X 80CM POR 57CM DE ALTURA, COM DOIS BANCOS MEDINDO 35 X 1,80 POR 32CM DE ALTURA - MADEIRA LEGALIZADA	UNIDADE	25,00	600,000	15.000,00
043978	MESA EM MADEIRA COM ACABAMENTO EM CELADORA E VERNIZ, TAMANHO 70CM X 70CM POR 57CM DE ALTURA, COM QUATRO CADEIRINHAS INFANTIL - MADEIRA LEGALIZADA	UNIDADE	30,00	470,000	14.100,00

AVENIDA 22 DE MARCO, CENTRO



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU



043979	ARMARIO EM MADEIRA COM DUAS PORTAS, ACABAMENTO COM C UNIDADE ELADORA E VERNIZ, TAMANHO 2,00MTS X 90CM, DE 40CM DE ESPESSURA, E COM 03 PRATELEIRAS DE DIVISORIAS - MADEIRA LEGALIZADA	8,00	770,000	6.160,00
043980	CAMA DE SOLTEIRO EM MADEIRA, UNIDADE ACABAMENTO COM CELADORA E VERNIZ, TAMANHO PADRÃO -	6,00	250,000	1.500,00
043981	BELICHE EM MADEIRA, ACABAMENTO COM CELADORA E VERNIZ UNIDADE , TAMANHO PADRÃO - MADEIRA LEGALIZADA	3,00	700,000	2.100,00
043982	BALCÃO EM MADEIRA C/ 03 PORTAS, ACABAMEN TO EM CELAD UNIDADE ORA E VERNIZ TAMANHO 1,40MTS X 45CM, DE 1,10 DE ALTURA - MADEIRA LEGALIZADA	5,00	650,000	3.250,00
043983	PRATELEIRA EM MADEIRA C/ 03 DIVISOES, ACABAMENTO COM UNIDADE CELADORA E VERNIZ, TAMANHO 1,80 X 1,40 DE LARGURA - MADEIRA LEGALIZADA	10,00	370,000	3.700,00
043984	BAU EM MADEIRA C/ UMA PORTA, ACABAMEN TO E CELADORA UNIDADE E VERNIZ TAMANHO 1,50MTS X 70CM, DE 70CM DE ALTURA - MADEIRA LEGALIZADA	5,00	600,000	3.000,00
044059	PORTA EM MADEIRA, ACABAMENTO EM CELADORA E VERNZ UNIDADE TAMANHO 2,10MTS X 1,00MTS - MADEIRA LEGALIZADA	58,00	350,000	20.300,00
044060	PORTA EM MADEIRA, ACABAMENTO COM CELADORA E VERNIZ, UNIDADE TAMANHO 2,10MTS X 80CM - MADEIRA LEGALIZADA	36,00	300,000	10.800,00
044061	PORTA EM MADEIRA ACABAMENTO EM CELADORA E VERNIZ UNIDADE TAMANHO 2,10MTS X 60CM - MADEIRA LEGALIZADA	36,00	250,000	9.000,00
044062	PORTAL EM MADEIRA UNIDADE ACABAMENTO COM CELADORA E VERNIZ - MADEIRA LEGALIZADA	100,00	80,000	8.000,00
044067	ALISAR PARA PORTAL EM MADEIRA JOGO ACABAMENTO COM CELADORA E VERNIZ - MADEIRA LEGALIZADA	99,00	60,000	5.940,00
VALOR GLOBAL R\$				296.320,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

- O valor deste contrato, é de R\$ 296.320,00 (duzentos e noventa e seis mil, trezentos e vinte reais).
- Os quantitativos indicados na Planilha de Formação de Preços constante da proposta apresentada pela CONTRATADA no Pregão PP045/2015 são meramente estimativos, não acarretando à Administração do CONTRATANTE qualquer obrigação quanto a sua execução ou pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

- A lavratura do presente Contrato decorre da realização do Pregão nº PP045/2015, realizado com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 8.666/93e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

- O prazo de vigência deste Contrato terá início em 20 de Abril de 2015 extinguindo-se em 31 de Dezembro de 2015, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.



CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

1. Caberá ao CONTRATANTE:

1.1 - permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE para a entrega dos produtos;

1.2 - impedir que terceiros forneçam os produtos objeto deste Contrato;

1.3 - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

1.4 - devolver os produtos que não apresentarem condições de serem consumidos;

1.5 - solicitar a troca dos produtos devolvidos mediante comunicação a ser feita pelo Departamento de Compras;

1.6 - solicitar, por intermédio de Autorização de Fornecimento expedida pelo Departamento de Compras, o fornecimento dos produtos objeto deste Contrato;

1.7 - comunicar à CONTRATADA, qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

1. Caberá à CONTRATADA:

1.1 - responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:

a) salários;

b) seguros de acidentes;

c) taxas, impostos e contribuições;

d) indenizações;

e) vales-refeição;

f) vales-transporte; e

g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

1.2 - manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU



1.3 - manter, ainda, os seus empregados identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;

1.4 - respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE;

1.5 - responder pelos danos causados diretamente à Administração do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

1.6 - responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do produto;

1.7 - efetuar a entrega do produto objeto da Autorização de Fornecimento, de acordo com a necessidade e o interesse do CONTRATANTE, no prazo de até 24hrs (Vinte e quatro horas) após o recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pelo Departamento de Compras, 24hrs por dia dentro do perímetro urbano;

1.8 - efetuar a troca dos produtos considerados sem condições de consumo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da comunicação expedida pelo Departamento de Compras;

1.9 - comunicar ao Departamento de Compras do CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário; e

1.10 - a obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão nº PP045/2015.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

1. À CONTRATADA caberá, ainda:

1.1 - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

1.2 - assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do produto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

1.3 - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do produto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

1.4 - assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Contrato.

2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU



passiva, para com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

1. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:

1.1 - expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste Contrato;

1.2 - expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE; e

1.3 - vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do produto objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

1. Este contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado para esse fim, representando o CONTRATANTE, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a Autoridade Competente do(a) CONTRATANTE, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

3. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ATESTAÇÃO

1. A atestação das faturas correspondentes ao fornecimento do produto caberá ao Chefe do Departamento de Compras do CONTRATANTE, ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DESPESA

1. A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária Exercício 2015 Atividade 0709.123610003.2.303 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 40, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente, Subelemento 4.4.90.52.42, no valor de R\$ 175.650,00, Exercício 2015 Atividade 0709.123650003.2.304 Manutenção do Ensino Infantil - FUNDEB 40, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente, Subelemento 4.4.90.52.42, no valor de R\$ 66.630,00, Exercício 2015 Atividade 0709.123610003.2.303 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 40, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Subelemento 3.3.90.30.24, no valor de R\$ 45.200,00, Exercício 2015 Atividade 0709.123650003.2.304 Manutenção do Ensino Infantil - FUNDEB 40, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Subelemento 3.3.90.30.24, no valor de R\$ 8.840,00 .



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ap fornecedor no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos junto a(o) CONTRATANTE.
2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal ou fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação da regularidade fiscal para com a Seguridade Social (INSS), a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do CONTRATADO e o FGTS, em original ou em fotocópia autenticada.
3. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
4. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.
5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

1. No interesse da Administração do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.
2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultante de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES

1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, ou pelo descumprimento dos prazos e demais obrigações assumidas, a Administração do CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
 - 1.1 - advertência;
 - 1.2 - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total, recolhida



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU



no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

1.3 - multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, quando a CONTRATADA, injustificadamente ou por motivo não aceito pelo CONTRATANTE, deixar de atender totalmente à solicitação ou à Autorização de Fornecimento previstas nos subitens 1.7 e 1.8 da Cláusula Sétima deste Contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

1.4 - multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, quando a CONTRATADA, injustificadamente ou por motivo não aceito pelo CONTRATANTE, atender parcialmente à solicitação ou à Autorização de Fornecimento previstas nos subitens 1.7 e 1.8 da Cláusula Sétima deste Contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

1.5 - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do do (a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU, por até 2 (dois) anos.

2. Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a CONTRATADA que:

2.1 - ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

2.2 - não mantiver a proposta, injustificadamente;

2.3 - comportar-se de modo inidôneo;

2.4 - fizer declaração falsa;

2.5 - cometer fraude fiscal;

2.6 - falhar ou fraudar na execução do Contrato;

2.7 - não celebrar o contrato;

2.8 - deixar de entregar documentação exigida no certame;

2.9 - apresentar documentação falsa.

3. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

4. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 2 desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

5. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração do CONTRATANTE,



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU



poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

2. A rescisão do Contrato poderá ser:

2.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

2.2 - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;

2.3 - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

3.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

1. Este Contrato fica vinculado aos termos do Pregão nº PP045/2015, cuja realização decorre da autorização do Sr(a). DARCI DE FRANCA RODRIGUES, e da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro do Município de SÃO FÉLIX DO XINGU, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

SÃO FÉLIX DO XINGU - PA, 20 de Abril de 2015



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU



SECRETARIA DE EDUCACAO/FUNDEB
CNPJ(MF) 14.931.839/0001-58
CONTRATANTE

RAINOR ANTONIO DE ARAUJO - ME
CNPJ 05.103.437/0001-74
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. _____

2. _____